

Resenha

NEWMAN, Saul. *FROM BAKUNIN TO LACAN: Anti-authoritarianism and the dislocation of power*. Lexington Books, 2001

Cello Latini Pfeil¹³³

O livro “From Bakunin to Lacan: Anti-authoritarianism and the dislocation of power”¹³⁴, de Saul Newman, foi publicado em 2001 pela editora Lexington Books, e oferece uma análise de viés anarquista e psicanalítico sobre as noções de poder e autoridade. Percorrendo o pensamento anarquista de Mikhail Bakunin até as elaborações psicanalíticas de Lacan, Newman investiga formas de se contrapor à autoridade do Estado e da lei.

A questão que percorre os saberes da modernidade em torno do poder é sua centralidade: Newman entende a subjugação como algo onipresente – apesar das inúmeras transformações sociais testemunhadas nos últimos séculos, relações de dominação entre governantes e governados se mantêm. Há algo, contudo, que possui certo grau de subversão: nosso entendimento de poder. Longe de compreendê-lo como algo metafísico, ou, nas palavras de Newman (2001, p. 2), como “[...] *an epiphenomenon of the capitalist economy or class relations*”¹³⁵, devemos perceber o poder enquanto tal, como objeto de análise. Assim como o Real, em Lacan, que invariavelmente retorna à sua posição original, o poder é assombroso e retorna, seja por assimilação – em defesa do Estado e suas instituições – ou por antagonismo – em oposição à centralização de poder.

Newman (2001, p.4), então, percebe que o essencialismo se tornou um elemento regulador das relações institucionais, constituindo-se tanto como “[...] *the political problem of our time*” quanto como “[...] *along with the universal, totalizing politics it entails, [is] the modern place of power*”¹³⁶. Esse essencialismo, enquanto problema político e lugar moderno do poder, produz universalizações totalitárias que podem ser encontradas inclusive em filosofias anarquistas, conduzindo-as à reprodução daquilo contra o que se opõem. Imaginar um mundo sem poder – ou, de outra forma, um mundo impotente – retomaria a linguagem, o discurso e a política de onde se constituiu o imaginário – “*the dream of a world without power is part of the political language of this world*”¹³⁷ (Newman, 2001, p. 4-5), uma linguagem que

¹³³ Doutorando em Filosofia (UFRJ). Especialista em Teoria Psicanalítica e Clínica Psicanalítica Freud-Lacaniana (CEPCOP/USU). Professor do Preparatório Transviados.

¹³⁴ Em tradução livre: “De Bakunin a Lacan: Antiautoritarismo e o deslocamento do poder”.

¹³⁵ Em tradução livre: “um epifenômeno da economia capitalista ou das relações de classe”.

¹³⁶ Em tradução livre: “[...] o problema político de nosso tempo” quanto como “[...] juntamente com a política universal e totalizante que isso implica, [é] o lugar moderno do poder”.

¹³⁷ Em tradução livre: “o sonho de um mundo sem poder faz parte da linguagem política deste mundo”.

não se esquivava de essencialismos, cuja legitimação recorre a certas investidas antropológicas sobre a natureza humana, ou sobre aquilo que habita cada indivíduo e que nos torna humanos. Embora se eximir do poder seja incoerente – e originalmente inviável –, pode-se pensar em outros manejos, tal como, na perspectiva de Newman, a partir de uma crítica a todo essencialismo.

Anarquistas, diferentemente de marxistas, teriam desvelado ou desmascarado o poder, a autoridade legitimada – e não legítima – do Estado. Denunciando a camuflagem do poder por trás de naturalizações, o anarquismo “[...] *is the philosophy that invented the place of power as a political concept*”¹³⁸ (Newman, 2001, p. 6). Ao contrário dos marxistas, que compreendem o Estado *burguês* como opressor, os anarquistas argumentam que *todo* Estado, toda centralização de poder político, seria opressivo, qualquer que seja sua organização, sua forma. Se Marx tomava o Estado como nascido da emergente burguesia posterior à Revolução Francesa, Bakunin pensava o Estado como originado das coroas europeias que se arrogavam uma soberania divina e, ao mesmo tempo, secularizada. O marxismo, na perspectiva de Newman, teria somente *renomeado* o poder, e não o *revolucionado*.

Para os anarquistas, assim como a autoridade divina subjugava *legitimamente* os seres, esse mesmo poder de subjugação se transfere para o Estado. O princípio da autoridade política mimetiza, ou dá continuidade, ao princípio da autoridade religiosa. Há, portanto, uma posicionalidade maniqueísta do poder – de um lado, o Estado, de outro lado, a resistência; de um lado, o poder centralizado, de outro lado, a subjugação. Essa lógica maniqueísta se mantém no anarquismo e estrutura sua negação da hipótese do estado de natureza hobbesiano. Ademais, como essa lógica maniqueísta exige o estabelecimento de antagonismos, a resistência se torna antagonismo de poder, e a legitimidade da revolução se coloca como inverso da ilegitimidade do Estado. Para abordar esse maniqueísmo, Newman recorre a Derrida.

A crítica ao maniqueísmo da filosofia moderna realizada por Derrida questiona a reprodução daquilo contra o que se opõe no exercício mesmo da oposição. Se a identidade é contaminada pela diferença, sendo constituída por seus antagonismos, então não há identidade pura, nem depurável – “[...] *no identity is ever complete or pure: it is constituted by that which threatens it*”¹³⁹ (Newman, 2001, p. 117). A pretensão de se afirmar uma identidade pura ou original produz relações hierárquicas violentas.

É preciso transformar a estrutura hierárquica para escapar da armadilha do essencialismo e da posicionalidade maniqueísta do poder. Newman (2001, p. 119), em sua

¹³⁸ Em tradução livre: “é a filosofia que inventou o lugar do poder como um conceito político”.

¹³⁹ Em tradução livre: “nenhuma identidade é completa ou pura: ela é constituída por aquilo que a ameaça.”

leitura de Derrida, sugere que *“the idea, then, is not to replace one term with another - but to displace both terms of the hierarchy - to displace place”*¹⁴⁰. Deslocalizar a posição, e não relocalizá-la, seria um caminho para desviar de essencialismos e humanismos, ou seja, seria um caminho para a desconstrução. Nesse sentido, Derrida identifica duas principais vertentes adotadas pelos filósofos modernos: a que realiza uma crítica à modernidade valendo-se do discurso Iluminista humanista – talvez tenha sido esse um erro dos anarquistas; e aquela que almeja romper com o discurso humanista em busca de um ‘fora’ – tal como tentaram os pós-estruturalistas. O ponto de interseção entre ambos os caminhos é que *“[...] they are both dominated by the threat of place”*¹⁴¹ (Newman, 2001, p. 122). Na leitura de Newman, Derrida sugere não uma separação total, nem uma escolha entre os dois caminhos, mas uma combinação de ambos. A desconstrução não seria destrutiva, mas deslocalizante, em um constante questionamento dos limites estabelecidos pelo discurso – *“[...] it is a strategy of continually interrogating the self-proclaimed closure of this discourse”*¹⁴² (Newman, 2001, p. 124). Seriam limites não traçados pela realidade, ou por um fora, mas pela linguagem, visto que não se poderia situar do lado de fora – ainda menos com a pretensão de recusar o lado de dentro.

O discurso emancipatório, abrindo mão de essencialismos, ampliaria suas possibilidades de atuação. Ampliar a estrutura significa se desprender de suas limitações de origem. Em suma, para além de resistirmos a uma estrutura de poder centralizada, poderíamos resistir ao pensamento binário de oposição, unindo tanto a afirmação como a destruição da autoridade. A abolição do Estado carrega consigo a desnaturalização dos essencialismos, incluindo aqueles concebidos pelos anarquistas clássicos. É nesse sentido que Newman escreve sobre pós-anarquismo, não como uma recusa das ideias anarquistas, mas como uma crítica deslocalizante.

Abandonando o essencialismo humanista do anarquismo clássico, o pós-anarquismo *“[...] allows us to disrupt the unity of political thought by freeing it from “essential” foundations, and thereby opening it to contingency and multiple interpretations”*¹⁴³ (Newman, 2001, p. 173-174). Não haveria, no pós-anarquismo, sujeito universal, nem essência humana solidária e natural, ou sanguinária ou bárbara, mas sim relações humanas permeadas por poder. As tentativas de justificar a luta contra o Estado pela afirmação de essencialismos acabaria por reproduzir e atualizar as premissas contra as quais os anarquistas se organizavam. Longe de

¹⁴⁰ Em tradução livre: “a ideia, portanto, não é substituir um termo por outro, mas deslocar ambos os termos da hierarquia, deslocar o lugar.”

¹⁴¹ Em tradução livre: “ambos são dominados pela ameaça do lugar.”

¹⁴² Em tradução livre: “é uma estratégia de questionar continuamente o autoproclamado fechamento desse discurso.”

¹⁴³ Em tradução livre: “nos permite romper a unidade do pensamento político, libertando-o de fundamentos “essenciais” e, assim, abrindo-o à contingência e a múltiplas interpretações.”

200

uma política de identitária total, ou de uma determinação política, o pós-anarquismo “[...] *should be seen as a series of ethical strategies for resistance to domination*”¹⁴⁴ (Newman, 2001, p. 174).

Assim, Newman realiza uma interpretação das noções de poder, autoridade e revolta tanto em crítica aos pressupostos essencialistas do anarquismo clássico, como da pretensão subversiva da psicanálise, e sua alternativa bebe dos estudos derridianos sobre a desconstrução. A alternativa de Newman tem a ver não com um abandono do que nos ofereceram o anarquismo clássico e a psicanálise, mas com a elaboração do pós-anarquismo.

¹⁴⁴ Em tradução livre: “deve ser visto como uma série de estratégias éticas de resistência à dominação.”